

dizer a Vossa Excelência que o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão trancou o Inquérito Policial que já durava 04 (quatro anos) sem que fosse encerrado, pois a autoridade policial durante todo este tempo não encontrou indícios de autoria contra referido médico, revelando notório constrangimento ilegal a que foi suportado o Médico [REDACTED] (TJMA - Processo nº [REDACTED] 2016.8.10.0000).

Pois bem.

Sabe-se que o Código Penal, no que tange a Teoria do Crime, adota o critério da *teoria tripartite*<sup>5</sup>, ou seja, o crime é formado por três substratos: fato típico, ilícito e culpável.

Dentro do *fato típico* há 04 elementos: a **tipicidade**, podendo ser ela formal, material e *conglobante*<sup>6</sup>; a **conduta**, que pode se comissiva, omissiva, dolosa ou culposa (desde o *finalismo*, o dolo e a culpa migraram da *culpabilidade* para o *fato típico*, notadamente para a *conduta*).

O 3º elemento do fato típico é o **resultado**, (resultado normativo ou resultado naturalístico). Todo crime tem resultado normativo, mas nem todos os crimes têm resultados naturalísticos. A partir disso, a doutrina classifica os crimes como sendo materiais, formais, de consumação antecipada ou de mera conduta, por exemplo. O 4º elemento do fato típico, pertinentes aos crimes materiais, é o **nexo de causalidade**.

No substrato *ilícito* se discute as causas excludentes de ilicitude, que estão esculpidas no artigo 23, do Código Penal. São elas: I – **estado de necessidade**; II – **legítima defesa**; III – estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito.

<sup>5</sup> Ressalvas alguma, posições em contrário, como por exemplo, de Cléber Masson, que considera adotado o conceito bipartido de crime após a reforma da Parte Geral do Código Penal, com a Lei nº 7.209/1984, a grande maioria dos grandes expoentes da doutrina penal adota a teoria tripartite.

<sup>6</sup> Eugenio Raúl Zaffaroni e José Henrique Pierangeli.

